

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima-Quarta Sessão Ordinária
26 - 30 de Janeiro de 2009
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/461 (XIV)

RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA DECISÃO
EX.CL/DEC. 408 (XII) SOBRE A COMEMORAÇÃO DA ABOLIÇÃO DA
ESCRAVATURA

RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA DECISÃO EX.CL/DEC. 408 (XII) SOBRE A COMEMORAÇÃO DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

INTRODUÇÃO

1. A “Reunião do Grupo de Peritos sobre a Escravatura e Acompanhamento da Conferência Mundial contra o Racismo” foi organizada pela Comissão da União Africana (CUA) em conformidade com a decisão (EX.CL/Dec.408(XII)) adoptada pela 10ª Cimeira da União Africana referente à Comemoração da Abolição da Escravatura, e tinha os seguintes objectivos:

- Troca de experiências sobre a Escravatura e o Racismo;
- Identificação de actividades concretas para os eventos bicentenários sobre a Escravatura;
- Sugestão de eventuais questões a analisar no Processo Pós Durban e na Cimeira da Diáspora Africana.

2. A reunião foi acolhida pelo Governo da República da Gâmbia de 10 a 13 de Junho de 2008, e contou com a participação de representantes dos Estados Membros, representantes da Diáspora, Organizações Nacionais de Defesa dos Direitos Humanos, Organizações da Sociedade Civil, bem como Organizações Internacionais e Regionais.

3. O programa da reunião incluía: O Tráfico Transatlântico de Escravos: Origem e Abolição; A Perspectiva da Diáspora em Relação à Escravatura; Efeitos Sócio-económicos e Culturais da Escravatura; Compensações para a Escravatura; Perspectiva sobre o Impacto da Escravatura; Conferência de Durban sobre o Racismo (2001); Esforços da Comunidade das Caraíbas.

RESULTADOS

4. Nas suas **recomendações**, a reunião apelou à:

- a) Formação de uma Comissão Internacional para Compensações, incluindo a Restituição, Reabilitação e Reconciliação; coordenada pela UA;
- b) Criação de um comité de peritos para, entre outros assuntos, confrontar e coordenar pesquisas sobre todas as formas modernas de escravatura;
- c) Criação, pela UA, de uma Semana Anual Mundial (1-7 de Agosto) com enfoque sobre a Escravatura; através da extensão da actual comemoração do 1 de Agosto – Dia da Emancipação;
- d) Desenvolvimento de um currículo educacional interdisciplinar sobre a escravatura; instituição de um concurso anual para a apresentação de ensaios;

visitas de intercâmbio cultural, de pesquisa e de estudantes – em conjunto com a UNESCO e outras organizações;

- e) Criação de um mecanismo de sensibilização e monitoria dos órgãos de comunicação social para a divulgação de casos de restituição e compensação, bem como para a sensibilização sobre o racismo, a xenofobia e a intolerância;
- f) Promoção da liberdade de movimentos no seio da UA e de cidadãos da Diáspora facilitando a concessão de vistos através, por exemplo, da criação de “vistos para cidadãos honorários” para os membros da Diáspora;
- g) Assegurar que a história e o legado da escravatura, o tráfico transatlântico de escravos, o racismo e a intolerância sejam adequadamente preservados, de forma Africana;
- h) A Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana a adoptar uma declaração sobre a questão de compensações para o tráfico transatlântico de escravos e escravatura, e a garantir que sejam apresentadas desculpas pelas partes responsáveis;
- i) Participação de toda a África na próxima reunião preparatória regional para a Conferência de Avaliação de Durban que terá lugar em Abuja.

5. Na sua **Declaração**, a reunião:

- **Exprime uma profunda preocupação** em relação à existência de formas contemporâneas de escravatura, duzentos anos após a abolição oficial da escravatura e do tráfico de escravos, bem como o aumento na violência racista e da propagação de ideias xenófobas em muitas partes do mundo, em particular nas plataformas políticas e na opinião pública;
- **Saúda** a decisão da Assembleia da União Africana EX.CL/Dec.408 (XII) sobre a “Comemoração da Abolição da Escravatura”;
- **Exorta** a Comissão da União Africana a utilizar o relatório e as recomendações desta reunião para preparar contributos tendo em vista uma participação Africana efectiva nos eventos bicentenários, na Sessão Especial das Nações Unidas sobre a Escravatura e Racismo e na Cimeira da Diáspora Africana a realizar-se na África do Sul, em Outubro de 2008; e
- **Apela** o Alto Comissário para os Direitos Humanos, à UNESCO e outras organizações nacionais, regionais e internacionais a desenvolver parcerias com a UA na implementação das recomendações emanadas desta reunião.

EX.CL/461 (XIV)
Anexo I

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DO GRUPO DE PERITOS SOBRE
ESCRAVATURA E ACOMPANHAMENTO DA
CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO
10 - 13 de Junho de 2008
Banjul, Gambia**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44
Website : www.africa-union.org

**REUNIÃO DO GRUPO DE PERITOS SOBRE
ESCRAVATURA E ACOMPANHAMENTO DA
CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO
10 - 13 de Junho de 2008
Banjul, Gambia**

RELATÓRIO

**RELATÓRIO DO GRUPO DE PERITOS SOBRE A ESCRAVATURA E
ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO (10 - 13 DE
JUNHO DE 2008, BANJUL, GAMBIA)**

1. A “Reunião do Grupo de Peritos sobre Escravatura e Acompanhamento da Conferência Mundial contra o Racismo” foi organizada pela Comissão da União Africana (CUA) e acolhida pelo Governo da República da Gâmbia. Estiveram presentes na reunião de 10 A 13 de Junho de 2008 representantes dos Estados Membros, representantes da Diáspora, Organizações de Defesa dos Direitos Humanos, Organizações da Sociedade Civil e Organizações Internacionais e Regionais.

Uma Lista dos participantes encontra-se em anexo no APÊNDICE 2

**SESSÃO DE ABERTURA, PRESIDENTE: EMBAIXADOR SAJO JALLOW,
REPRESENTANTE PERMANENTE DA GÂMBIA NA UNIÃO AFRICANA**

2. O Presidente da Sessão de Abertura, Embaixador Sajo Jallow, Representante Permanente da Gâmbia na União Africana, deu a todos os participantes as boas-vindas à Gâmbia. Ele disse que a reunião foi organizada conforme decisão adoptada pela Conferência de Chefes de Estado da União Africana (UA) em Janeiro de 2008 e que o relatório adoptado desta reunião será apresentado à Conferência em Julho de 2008. Ele observou que os objectivos da reunião eram:

- a. Troca de experiências sobre escravatura e racismo;
- b. Identificar actividades concretas para os eventos do bicentenário da abolição da escravatura;
- c. Sugerir as eventuais questões a considerar no Processo Pós Durban e na Cimeira da Diáspora Africana

Saudações de Boas-Vindas: Sra. Julia Joiner, Comissária para os Assuntos Políticos, Comissão da União Africana (CUA)

3. Na sua alocução de abertura, a Comissária saudou a presença de todos os participantes na reunião. Ao exprimir a sua gratidão ao Governo da Gâmbia por acolher a reunião, a Comissária observou que a Gâmbia era um local estratégico para a reunião, uma vez que está próxima a 9ª edição do Festival Internacional de Regresso às Origens realizado na Gâmbia. O Festival faz parte dum processo de cicatrização de atrocidades passadas e dum conjunto de estratégias e acções relacionadas com a escravatura e o racismo.

4. A Comissária afirmou que a escravatura continua a constituir um desafio hoje e que são necessários esforços comuns e determinação para pôr cobro às várias manifestações modernas de tais práticas. Ela observou que, apesar da Conferência de Durban sobre Racismo em 2001 ter percorrido um longo caminho na procura de soluções para o problema, ainda somos confrontados com muitos desafios. As questões da escravatura e do racismo, afirmou ainda, constituem uma preocupação para a UA e é fundamental que tais questões sejam tratadas com medidas e o acompanhamento adequados.

5. Quanto ao racismo, a Comissária notou que os recentes ataques xenófobos na África do Sul foram uma lamentável manifestação da magnitude dos problemas enfrentados. Ela

expressou a sua preocupação porque, em vez da diversidade entre os africanos ser o nosso maior ponto forte, muitas vezes há discriminação de pessoas que são diferentes por qualquer motivo. Observou ainda que, apesar de terem sido estabelecidos protocolos e intervenções, a discriminação continua a ser uma prática corrente. A Comissária reconheceu que, embora os problemas não possam ser resolvidos dum dia para o outro, era importante haver um movimento para além da indiferença e da inércia.

6. A Comissária concluiu exortando a uma maior colaboração na área da escravatura e do racismo. Ao apelar aos Estados Membros para que tenham tolerância zero em relação ao racismo e à escravatura, a Comissária encorajou a todos a trabalhar em estratégias e acções relevantes, que serviriam para concretizar a dignidade e os direitos iguais e inalienáveis dos seres humanos, e como recomendação à Conferência de Chefes de Estado e de Governo da UA em Julho de 2008.

Discurso: Sr. Khafra Kambon, Presidente, Comité de Apoio à Emancipação, Trinidad e Tobago

7. O Sr. Kambon começou a sua alocução referindo-se à importância da reunião e da relação entre a sociedade civil na diáspora e a UA. Ele realçou a necessidade de assegurar que a dinâmica à volta da escravatura e do racismo é mantida e sirva para garantir que são tomadas as medidas adequadas contra os que perpetraram estes crimes contra a humanidade. Ele observou que foram necessários muitos anos para que a escravatura fosse abolida e que o seu impacto em África e nas pessoas afectadas ainda é evidente hoje. A escravatura e a memória da escravatura desempenham papéis fundamentais na opinião que temos de nós próprios, tanto em África como na diáspora. Ele comentou que tanto os manuais escolares como os monumentos à escravatura (por ex: no Gana) continuam a falar dos “aspectos positivos da escravatura”. Comentou sobre as consequências económicas e sócio-económicas da escravatura que persistem ainda hoje. Exortou a reunião a formular recomendações para se ultrapassar o legado da escravatura. Em relação aos esforços para conseguir um pedido de desculpas e reparações, deve-se manter a dinâmica e os africanos devem agir de forma concertada.

Discurso de Abertura: Sua Excelência Crispin Grey-Johnson, Secretário de Estado do Ensino Superior, Investigação, Ciência e Tecnologia, Governo da Gâmbia

8. O Secretário de Estado saudou todos os participantes em nome de Sua Excelência Dr. Yahya A.J.J. Jammeh, Presidente da República da Gâmbia. Ele observou que a Gâmbia se sentia honrada por acolher a reunião, pois o Rio Gâmbia foi utilizado para penetrar no continente africano para o tráfico de escravos no Atlântico. Realçando o modo como a escravatura e o racismo afectaram milhões de pessoas e continuam a ser entraves à auto-afirmação dos africanos onde quer que se encontrem, ele afirmou que o continente ainda não se recuperou dos efeitos da escravatura e que persistem muitas formas de racismo e discriminação.

9. Ao reflectir sobre estratégias e acções, o Secretário de Estado notou que, apesar de terem sido reconhecidos muitos crimes contra a humanidade e de as vítimas terem recebido compensações (japoneses, judeus, aborígenes etc.), o impacto da escravatura ainda não foi reconhecido e não houve pedido de desculpas nem compensações pelo tráfico transatlântico

de escravos. A este respeito, ele afirmou que é necessário fazer saber que os africanos não se esqueceram da sua história e que os que beneficiaram destes crimes devem pedir perdão e oferecer-se para fazer reparações.

10. Para terminar, o Secretário de Estado exortou os delegados a analisarem atentamente as disposições da implementação da Declaração de Durban e a examinarem o grau de implementação até ao presente. Ele incitou os participantes nesta reunião de peritos a garantirem uma compensação para todos os africanos. Neste sentido, defendeu que era importante que a reunião tivesse como resultado posições claras, inequívocas e comuns sobre escravatura e racismo, que catalizariam e apoiariam o processo de reconciliação, restituição e cicatrização de crimes contra a humanidade.

ELEIÇÃO DA MESA DA REUNIÃO

11. A mesa da reunião foi eleita com se segue:

- Presidente - Gâmbia;
- Relator - Sr. Khafra Kambon, Comité de Apoio à Emancipação, Trinidad e Tobago

SESSÃO 1: ANÁLISE DA ESCRAVATURA

O Tráfico Transatlântico de Escravos: Origem e Abolição

12. O Tráfico Atlântico de Escravos não foi uma simples continuação do Tráfico Trans-Sariano. O potencial africano em termos de recursos humanos só se tornou conhecido após muitos séculos de comércio trans-sariano, mas o mercado então era muito pequeno em comparação com a expansão plena do capitalismo, cujas necessidades de mão-de-obra não se traduziram numericamente em milhares mas sim em milhões de escravos. Assim, as companhias europeias lançaram-se na comercialização dos seus produtos através da promoção de teorias racistas e de modelos nocivos de consumo, que asseguraram a continuidade de guerras. Sem ir ao fundo da questão, o comércio de álcool e armas em troca de escravos fomentou a violência que originou uma situação geo-política marcada pelo nascimento de inúmeros reinos no litoral, muitas vezes hostis uns dos outros. Também, as guerras externas muitas vezes foram provocadas por crises internas, nomeadamente crises de liderança nas quais os países europeus intervieram para ajudar os seus aliados. Os prisioneiros de guerra eram vendidos na costa por armas de fogo, que os príncipes guerreiros utilizariam quer para conquistar quer para reforçar o seu poder ou expandir os seus reinos. Esta depredação humana permitiu que os príncipes pagassem as suas dívidas para com as companhias europeias no âmbito de expedições de conquista do trono.

13. É óbvio que as elites africanas que participaram no Tráfico Atlântico de Escravos foram obrigadas pelas companhias europeias, principais arquitectos e impulsionadores desta parceria sórdida que, em termos jurídicos, podia ser considerada como uma associação de malfeteiros. As comunidades africanas têm, mais do que nunca, todo o interesse em integrar na educação das suas crianças informação e conhecimentos essenciais que podem ajudar a esclarecer as questões e a interromper o círculo vicioso da violência, marginalização e pobreza. Actualmente, a promoção de versões selectivas da história africana parece inadequada, uma vez que estas versões excluem uma compreensão cabal de recordações

dolorosas que persistem tragicamente no espírito dos africanos. Entre os factores que permitiram a abolição do Tráfico Atlântico de Escravos, reconhecemos a intervenção de filantropos mas também e sobretudo a resistência das pessoas escravizadas e as transformações económicas que conduziram à Revolução Industrial.

DISCUSSÕES

14. Durante a discussão que se seguiu à apresentação, comentou-se que o comércio de escravos era uma das formas de tráfico atlântico com África. Foi dito que o tráfico de escravos era diferente do colonialismo porque este último não era uma parceria. A colaboração africana com comerciantes europeus foi geralmente reconhecida, mas os meios pelos quais esta colaboração foi assegurada eram forçados. O seu significado no sistema em geral e o seu impacto nos pedidos de compensação são discutíveis. Os intervenientes também contestaram a afirmação do Dr. Seck de que o tráfico de escravos em África se baseou na necessidade de competências especializadas, afirmando por sua vez que o tráfico de escravos foi motivado pelo racismo. A reunião realçou a necessidade de se tratar da compensação para os crimes cometidos durante o tráfico de escravos. Ademais, foi observado que o comércio de escravos era diferente do colonialismo porque este último não era uma parceria. Além disso, observou-se que a escravatura no continente africano era diferente do Tráfico de Escravos no Atlântico porque a “escravatura como mercadoria” no Atlântico era excepcionalmente desumana, enquanto que a primeira tinha potencial para desenvolvimento, como comprovado por escravos que se tornaram líderes. A reunião exigiu uma Estratégia Africana para responder aos crimes contra a humanidade cometidos no quadro do comércio de escravos e pediu aos historiadores que ajudem a repor a verdade sobre a escravatura.

15. Na sua resposta, o Dr. Seck salientou o grande interesse colocado no Tráfico Transatlântico de Escravos e a ausência de manuais sobre a escravatura nacional. Ele sublinhou a necessidade de reforço das ligações entre a África e a Diáspora e para que as pessoas na Diáspora saibam que a história de África não começa com a escravatura, tal como ensinado nas escolas do estrangeiro.

A Perspectiva da Diáspora acerca da Escravatura

16. O Dr. Claudius Fergus iniciou a sua apresentação informando a plenária do falecimento súbito do Dr. Ikael Tafari, ex-Director da Comissão Pan-Africana em Barbados, e que foi previsto que um especialista apresente o seu tópico na reunião. Foi observado um minuto de silêncio à sua memória.

17. O Dr. Fergus indicou que a perspectiva da Diáspora deve ter em consideração a perspectiva intra-africana e as experiências dos escravos. Ele continuou dizendo que a migração Africana não acaba com a emancipação, mas continua com o movimento dos estudantes, migrantes, etc.

18. O Dr. Fergus salientou que a identidade é o maior desafio com que se confronta a Diáspora, comentando que é difícil determinar quem constitui a Diáspora. Ele informou que a representação da perspectiva Africana da escravatura advém de várias dimensões tais como as actividades culturais, citando a utilização do Drama na produção de “*Amazing Grace*” o

qual retrata William Wilberforce como campeão da abolição, uma noção altamente contestada nas Caraíbas.

19. Ele desafiou a noção de que os negros eram analfabetos e não possuíam literatura própria, aludindo a literaturas e estudos produzidos durante o período revisionista a partir dos anos 30, demonstrando que muitos escravos nos Estados Unidos não eram analfabetos como evidenciado pelos arquivos/registos dos seus sofrimentos e das suas lutas em forma de petições à Coroa Britânica, jornais e poesia. O movimento revisionista descreveu estereótipos de Africanos assimilados através de provas de inteligência, sabedoria e génio militar – que resultou na perspectiva Afro-cêntrica dos Africanos escravizados como um emancipador revolucionário.

20. Além disso, o Dr. Fergus enfatizou a mudança de paradigma das mulheres escravas retratadas como colaboradoras e escravas sexuais, para a contra visão de inspiração feminista de que eram na verdade “mulheres guerreiras”.

21. Ele reiterou que o caso de compensação é justificável apesar do tempo que já passou.

DISCUSSÕES

22. Houve pedidos de esclarecimento sobre a definição de Diáspora, sobretudo uma perspectiva ampla da Diáspora. Foi informado que existe um alto nível de apoio político às compensações nas Caraíbas.

23. Na sua resposta, o Dr. Fergus concordou com a necessidade de uma definição da Diáspora como uma 6ª região da União Africana. Ele disse que a resistência à escravatura resultou de um movimento Pan-Africano, e sublinhou a necessidade de uma consciência nova sobre a África para que os Africanos não se sintam inferiores.

24. O Embaixador Ognimba afirmou que a União Africana tinha uma definição clara da Diáspora e conseqüentemente avisou que não se devia reinventar a roda. Informou os participantes sobre o conteúdo da decisão adoptada.

SEGUNDA SESSÃO: IMPACTO DA ESCRAVATURA

Os Efeitos Sócio-Económicos e Culturais da Escravatura: Sr. Akere Muna, Presidente, União dos Juristas Pan-africanos, Camarões

25. O Sr. Muna iniciou a sua apresentação afirmando que era essencial olhar para os dados reais sobre a escravatura, para se poder empenhar devidamente em matérias relacionadas com o seu impacto. Os dados apresentados pelo Sr. Muna forneceram um instantâneo do destino dos escravos, quem estava envolvido no transporte de escravos e os portos utilizados, entre outros. A aceitação dos dados reais e provas é essencial quando se reflecte em assuntos relacionados com as conseqüências e compensações para a escravatura.

26. Olhando para as conseqüências da escravatura, o Sr. Muna observou que isto ainda se reflecte na sociedade Africana. A escravatura reduziu de forma substancial a população em África, criou fragmentação, enfraqueceu o tecido social das sociedades e criou várias

distorções económicas e políticas. A maioria dos progressos realizados nos países que utilizaram escravos pode ser atribuída ao facto de que a escravatura facilitou a acumulação de capital e o desenvolvimento geral desses países. Em muitos casos, existem ligações entre os actuais desafios do desenvolvimento e as consequências do comércio de escravos.

27. Olhando para a necessidade de compensação, o Sr. Muna defendeu que foi uma boa estratégia começar com as áreas mais acessíveis como estavam a fazer os activistas nos EUA, interpondo acções contra companhias e outras instituições. No caso de África e, ao lidar com governos europeus, os desafios eram muito maiores. Ele sublinhou que a relutância em pedir desculpas tinha a ver com as implicações legais desse pedido.

DISCUSSÕES

28. Há a necessidade de reconhecer que ainda existem formas contemporâneas de escravatura em muitos países e que, para aprender, seria útil um intercâmbio de experiências e estratégias estabelecidas pelos Estados Membros e outros. A escravatura contemporânea não é um problema de raça e não está confinada às relações entre negros e brancos. Sobre este aspecto, é imperativo que haja uma cuidadosa observação das dimensões socioeconómicas da escravatura, para que se possa responder de forma adequada.

29. Ao olhar para as provas sobre a escravatura, é importante analisar os números cuidadosamente, porque as fontes eurocêntricas têm tendência para minimizar os dados. A este respeito, existe a necessidade de maior intercâmbio de literatura sobre a questão. Pensando em actividades futuras, também é essencial concentrar alguma atenção na compilação de uma lista dos que pediram desculpas. O aspecto cultural da escravatura também merece um olhar crucial.

Perspectiva sobre o Impacto da Escravatura: Sr. Hassoum Ceesay, Historiador da Gâmbia

30. O Sr. Ceesay começou por declarar que o desenvolvimento e a evolução do comércio de escravos na Gâmbia é importante e relevante para a maioria da África. Com o comércio de escravos, toda a sociedade conheceu um certo impacto. Por isso, ele urge os delegados a observarem como algumas elites nas sociedades Africanas beneficiaram do comércio.

31. O Sr. Ceesay expressou uma preocupação particular acerca dos impactos da escravatura sobre as mulheres. Ele salientou que as mulheres sofreram imensamente e foram afectadas pelo comércio de forma severa. O impacto não foi somente físico, mas também psicológico e muitas vezes ainda se reflecte no racismo experimentado e no sentimento de inferioridade que algumas pessoas ainda têm. Tendo em conta o nível de violência então perpetrado, o Sr. Ceesay ainda defendeu que isto constitui talvez uma das importantes causas básicas da cultura de violência observada em algumas sociedades.

32. O Sr. Ceesay expressou preocupação sobre o desmoronamento da cadeia de transmissão da cultura e da história oral, o que constitui um resultado da escravatura. No entanto, ele comentou que muitos aspectos da cultura Africana estão reflectidos nas músicas e artes que surgiram em vários países que beneficiaram da escravatura. Neste particular, o

Sr. Ceesay concluiu sublinhando a importância da preservação cultural e do património para as gerações actuais e futuras.

DISCUSSÕES

33. Ao comemorar o passado, é importante que o Africano se afaste das concepções eurocêntricas das memórias e desenvolva monumentos comemorativos que reflectam mais a sociedade Africana e as formas africanas de recordação. É essencial que hajam maiores esforços na preservação dos sítios históricos e que seja considerado o início duma colaboração com a UNESCO sobre este assunto.

34. No âmbito das consequências do comércio de escravos, muitas pessoas desenvolveram um sentimento de inferioridade. Este sentimento de inferioridade deve ser ultrapassado de forma directa e os esforços devem incidir na introdução desta área nos curricula escolares. As iniciativas existentes devem ser reforçadas e os média podem ser canais muito úteis para edificar a autoconfiança das pessoas e ultrapassar o sentimento de inferioridade que ainda prevalece em muitas sociedades.

35. É essencial que a posição da UA em relação às acções e declarações dos políticos europeus seja claramente articulada. Isto é, particularmente, importante quando declarações racistas são proferidas por Chefes de Estado ou quando há insultos aos Africanos. Também constitui um imperativo que a UA tome medidas para desenvolver capacidades nesta geração de eruditos e intelectuais.

36. Olhando para a história da escravatura e as formas existentes de escravatura, é importante que se preste atenção às tradições orais dentro de muitas sociedades Africanas. Existem exemplos na Mauritânia de canções e poesias com informações históricas importantes. Isto é relevante e precisa ser preservado. Também devemos olhar para as raízes Africanas de algumas das palavras utilizadas em outras culturas.

37. É importante reconhecer que a UA não é independente dos seus Estados Membros e, portanto, todos devem preocupar-se e envolver-se nas intervenções necessárias no domínio da escravatura e mobilizar-se em conformidade. A UA convocou a nível oficial uma reunião em Genebra para responder às realidades com que se confronta e mobilizar-se contra as atitudes racistas. Tem havido respostas oficiais e dos média em relação a várias declarações negativas feitas sobre os Africanos.

38. Com base na decisão da UA, tomada na Cimeira de Janeiro de 2006, de comemorar anualmente o dia 1 de Agosto como Dia da Emancipação “em solidariedade para com a Diáspora”, foi recomendado que a comemoração seja aproveitada para promover o ensino da história de África e a sua ligação à Diáspora, aprofundar os laços culturais entre África e a sua diáspora e promover e reforçar os laços económicos.

SESSÃO 3: AVALIAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE RACISMO

A Conferência de Durban sobre Racismo (2001): Sr. Frej Fenniche, Alto Comissariado para os Direitos Humanos (OHCHR), Adis Abeba

39. O Sr. Fenniche explicou a lógica da Conferência Mundial sobre Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, realizada em Durban em 2001, e descreveu as questões principais abordadas no evento. A Conferência de Durban, determinada pela Resolução GA 52/111 de 12 de Dezembro de 1997, foi inspirada pela persistência do racismo e da discriminação racial e pela existência de formas contemporâneas de escravatura. O Sr. Fenniche recordou todos os esforços realizados pelas Nações Unidas desde a sua criação, em particular as três décadas das NU e duas Conferências Mundiais contra o Racismo de 1978 e 1983. Ele também mencionou as grandes violações dos direitos humanos perpetradas no Camboja, Burundi, RDC e ex-Jugoslávia e o genocídio no Ruanda. O Sr. Fenniche apresentou as preocupações específicas colocadas por cada conferência regional preparatória e o papel da Cimeira da Juventude e do Fórum das ONGs realizados em paralelo com a CMSR.

Ele também sublinhou a natureza consensual da Declaração e do Plano de Acção adoptados em Durban, bem como as vitórias expressas nestes dois documentos. Na verdade, a Conferência de Durban permitiu à comunidade internacional identificar as causas profundas do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e da intolerância, que estão associadas a este fenómeno, e identificar as vítimas destes flagelos. Foi uma oportunidade para reconhecer e deplorar o sofrimento e o destino de milhões de vítimas da escravatura, do comércio de escravos negros, do tráfico transatlântico de escravos, do apartheid, do colonialismo e do genocídio. Estes flagelos foram condenados e considerados como crimes contra a humanidade.

40. Embora a História tenha tido impacto na Conferência de Durban, esta conferência deliberou sobre as formas de racismo e discriminação e identificou as vítimas de novas formas de escravatura, recordando que o holocausto nunca deve ser esquecido e deve ser denunciado o anti-semitismo, o anti-arabismo, a islamofobia, a xenofobia contra os migrantes, candidatos a asilo e viajantes, o tráfico humano, a discriminação e marginalização de populações autóctones e de pessoas de origem africana e asiática. A conferência também apelou a medidas concretas a favor destas vítimas. Também foram criados mecanismos de implementação e acompanhamento das recomendações da Conferência de Durban. Estas são conquistas, segundo o Sr. Fenniche, que fizeram da conferência um sucesso retumbante.

O Processo Após a Conferência de Durban: Sra. Ayesha Kajee, International Human Rights Exchange, University of the Witwatersrand, África do Sul

41. A Sra. Kajee observou que a Declaração de Durban fez história, uma vez que foi o primeiro reconhecimento a nível internacional de que o racismo e a discriminação racial actuais têm as suas raízes na escravatura anterior, mas a declaração é fraca porque não exigiu reparações e empregou expressões como “lamentar” em vez de desculpas formais por parte dos que praticaram a escravatura. Todavia, o reconhecimento da escravatura como um crime contra a humanidade abre as portas à investigação, ligando as disparidades

económicas à discriminação histórica com raízes na escravatura, à análise aprofundada e quantificação dos custos da escravatura, bem como a processos visando uma reparação.

42. A Sra. Kajee identificou o perdão da dívida, o financiamento para a prevenção e o tratamento do HIV/SIDA e os direitos do género como áreas que alcançaram algum sucesso, embora limitado, no período pós Durban. Ela afirmou que outras áreas chave de acção e implementação pós Durban incluem o racismo e a xenofobia de motivação política, a migração forçada e respectivos problemas, memórias e recordações (incluindo programas escolares e locais históricos) e as potenciais utilizações positivas e negativas dos média e das novas tecnologias. A Sra. Kajee descreveu algumas das decisões do comité preparatório para a Avaliação da Conferência de Durban a realizar-se em Genebra em 2009, incluindo directivas para a participação de ONGs. Para concluir, comentou que de 12 a 27 milhões de pessoas são actualmente vítimas de formas contemporâneas de escravatura, tais como trabalhos forçados, tráfico de pessoas, etc. Uma auditoria da implementação do Plano de Acção de Durban é, portanto, essencial.

DISCUSSÕES

43. O Sr. Yakhdan El Habib explicou que o seminário para a Conferência de Avaliação de Durban organizado pelo escritório da UA em Genebra tinha posto em evidência a necessidade de se concentrar na implementação do Programa de Acção da Declaração de Durban (DDPA), que abordou as principais preocupações dos africanos como compensação, pedidos de desculpas, migração e outras questões. Sublinhou a dimensão nacional da luta contra a discriminação e a necessidade dos Estados Membros da UA se apropriarem da mesma. Advertiu que os termos “Durban 1” e “Durban 2” podiam ser associados a certos documentos contra Durban. Observou que a Nigéria se tinha oferecido para acolher a conferência regional preparatória para África em 2008 e descreveu os constrangimentos em matéria de financiamento enfrentados ao tentar organizar a Conferência de Avaliação de Durban.

44. Os participantes sustentaram que a Conferência de Durban foi um sucesso porque realçou aspectos fundamentais do racismo e da xenofobia a nível mundial, concentrou a sua atenção nas vítimas, criou mecanismos de implementação e declarou que a escravatura é um crime contra a humanidade.

45. Vários participantes apelaram à formulação duma posição comum africana (inclusive sobre as reparações) antes da Avaliação da Conferência de Durban, à divulgação das realizações do Processo de Durban para incentivar a participação na Conferência de Avaliação e combater os esforços para boicotá-la e à mobilização de recursos para facilitar o envolvimento das organizações da sociedade civil em África e na diáspora. Foi proposto que a UA organize uma Cimeira Pan-Africana sobre as compensações e que os Estados Membros evitem e se manifestem contra o racismo e a xenofobia no continente.

46. Respondendo a comentários, a Sra. Kajee sublinhou que o Protocolo Africano sobre os direitos das mulheres é um feito notável, mas que é necessário fazer pressão a todos os níveis para a sua implementação. Ela defendeu uma posição comum quanto às compensações e à condenação das tentativas para dissuadir de participar na Conferência de Avaliação de Durban. Realçando a necessidade de investigação empírica, ela notou que a compensação paga aos donos de escravos na altura da abolição foi utilizada por alguns

investigadores para quantificar os custos da escravatura e justificar a causa da reparação. A investigação sobre o despovoamento prejudicial de África durante o tráfico de escravos foi uma outra base possível para o cálculo dos custos da escravatura.

47. Em resposta a perguntas formuladas, o Sr. Fenniche sublinhou a cooperação estreita entre o OHCHR e a Comissão da UA, que inclui o programa de 10 anos de melhoramento de capacidades das NU para a UA e as iniciativas recentes para se desenvolver uma estratégia continental de direitos humanos. Ele informou que a Conferência de Avaliação de Durban incidirá sobretudo no acompanhamento da implementação a nível nacional, regional e internacional da Declaração de Durban do Programa de Acção. Quanto aos ataques recentes contra refugiados e migrantes na África do Sul, ele referiu-se aos comunicados de imprensa emitidos pelo Alto Comissário e por alguns Relatores Especiais do Conselho dos Direitos Humanos. Lançou um apelo aos Estados Membros para que trabalhem estreitamente com a Sociedade Civil e a diáspora e que abordem de forma construtiva as preocupações colocadas na luta actual contra o racismo. Ele recomendou que a luta contra o racismo seja incorporada na agenda do Ano Africano da Juventude (2008) e na Copa do Mundo de 2010 em África.

SESSÃO 5: RESPONDENDO À ESCRAVATURA

Compensações para a Escravatura: Abraham Constance Ndingo Mbo, Univerdade de Brazzaville, Congo

48. O professor Ndiga Mbo sublinhou que a questão relativa às compensações pelos males da escravatura preocupa hoje muitos intelectuais e dá origem a posições variadas sobre o assunto. A este propósito, apresentou duas teses, a dos que defendem compensações financeiras e a dos que são contra. Os primeiros baseiam as suas reivindicações no carácter “criminoso” do tráfico que é do foro da justiça.

49. Para os segundos, o problema é delicado. As reclamações financeiras parecem-lhes ser um segundo “tráfico” que poderia levar a crer que o tráfico de escravos foi uma troca desigual entre compradores europeus e vendedores africanos. Assim sendo, os pedidos actuais de indemnização são degradantes e humilhantes. Além disso, questões como a quem indemnizar e como calcular estas indemnizações, uma vez que a vida humana não pode ser avaliada em termos monetários, são problemáticas. Os que defendem esta posição insistem na apresentação de pedidos de desculpas e mostras de arrependimento. Para concluir, o professor Mbo argumentou que talvez seja necessária uma terceira via. Isto implicaria a apresentação de desculpas por todas as partes envolvidas na escravatura, por meio dum processo recíproco, acompanhado de compensação, através da prestação de ajuda ao desenvolvimento.

Compensações pela Escravatura: Advogada Deadria Farmer-Paellmann, Restituição de Grupo de Estudo: Estados Unidos da América e Sra. Clare Mendy, “The Gambia’s Umbilical Cord”, Reino Unido

50. A Sra. Farmer-Paellmann descreveu a base e a inspiração para o seu trabalho jurídico sobre a compensação pela escravatura nos Estados Unidos. O seu trabalho debruça-se sobre a realização de pesquisas detalhadas sobre os beneficiários da escravatura, comparando a necessária prova e seguindo casos nos tribunais. Entre os sucessos

resultantes das suas acções estão as leis existentes em 14 Estados que obrigam as companhias a revelar o seu envolvimento no passado na escravatura e os 120 milhões \$EU pagos por companhias cúmplices e uma universidade.

51. A Sra. Farmer-Paellmann observou que os africanos que se envolveram na escravatura eram muitas vezes forçados a tais práticas, citando amplas provas de que os africanos lutaram para se protegerem a si e aos seus vizinhos da escravatura, queimando por exemplo navios negreiros e matando comerciantes de escravos. Os que colaboraram fizeram-no sob condições muito difíceis e sua situação não pode ser comparada à dos que beneficiaram com a escravatura.

52. A Sra. Clare Mendy seguiu-se à Sra. Farmer-Paellmann, e partilhou com a plenária os dados sobre as viagens transatlânticas do tráfico negreiro britânico, francês e americano a partir da Gambia. Os pormenores dados por ela referiam-se aos portos de embarque utilizados bem como aos países onde os escravos eram desembarcados. Ela revelou o número de viagens registadas (581) e o número de escravos a embarcar e desembarcar nos vários portos. Os dados detalhados sobre escravatura que foram verificados indicam claramente as companhias nacionais e os traficantes privados que estiveram envolvidos e que tinham autorizações para esse comércio. Ela observou que as provas recolhidas podem ser empregues para seguir o rasto das companhias e dos descendentes dos indivíduos que participaram e beneficiaram do tráfico. Informou a reunião que muitos parceiros e sócios da escravatura deixaram bens que ainda podem ser identificados hoje.

Compensações pela Escravatura: Sr. Nabie Vandie, Director, Comissão dos Direitos Humanos da Sierra Leone

53. O Sr. Vandie começou a sua apresentação defendendo que há necessidade de se avançar para além da complacência rumo à acção. Ele observou que houve resistência à escravatura em África e que os laços entre a escravatura e o racismo devem ser analisados cuidadosamente. O Sr. Vandie ainda postulou que existem desafios na quantificação e atribuição de valores monetários ao comércio de escravos.

54. A área das compensações será sempre complicada pelos desafios de cálculo do valor da vida humana e a identificação dos destinatários de qualquer compensação. Neste contexto, ele defende a necessidade de recolha de informações detalhadas com a finalidade de identificar os que beneficiaram com a escravatura, para que as suas obrigações possam ser conhecidas. O Sr. Vandie sugeriu que compensação é um termo muito lato que inclui restituição, compensação, reabilitação e garantias de que o mesmo não voltará a repetir-se. O Sr. Vandie afirmou que a compensação pode não ser apenas monetária mas ser simbólica. Ele propôs que a União Africana estabeleça com urgência uma “Comissão de Reparações” para determinar os deveres legais, morais e materiais dos perpetradores. Devia também realizar um estudo sobre as características dos programas de reparação.

Os Esforços da Comunidade das Caraíbas (CARICOM): Dra. Hillary Brown, CARICOM

55. Ao introduzir a CARICOM, a Dra. Brown sublinhou o trabalho pró-activo da organização relativamente à escravatura e o seu papel central no estabelecimento do dia 25 de Março

como dia comemorativo da escravatura. Ela realçou a ampla gama de iniciativas afins empreendidas por todos os Estados Membros da CARICOM.

56. A comunidade CARICOM trabalha em estreita colaboração com o Grupo Africano nas Nações Unidas e considera o processo da Conferência de Avaliação de Durban como uma parceria com a União Africana. O principal para a abordagem da CARICOM tem sido o empenho em relação às compensações e aos pedidos de desculpas dos que beneficiaram com a escravatura. A Dra. Brown insistiu que Ajuda não devia ser confundida com compensações e a que as diferenças deviam ser reconhecidas em todos os processos de negociação. Ela concluiu propondo o estabelecimento de um Comissão Internacional de Compensações, com recursos suficientes para assegurar sucesso. Ela também sugeriu a designação de um painel de Personalidades Eminentes para fazer lobby para as compensações. O Dr. Brown citou o exemplo do Haiti, que pode reforçar o caso das compensações.

DISCUSSÕES

57. A questão das compensações deve continuar a ser uma prioridade e as partes responsáveis devem ser enfrentadas nesta matéria. As partes relevantes devem ser responsabilizadas para que peçam desculpas e assumam as compensações. Este assunto esteve no centro da Conferência de Durban e deve continuar a ser o aspecto central nas discussões de implementação e no processo de avaliação. São necessárias informações detalhadas para assegurar que as acções sejam seguidas.

58. O factor humano, colocado na última sessão, foi analisado pelos participantes que insistiram para que seja estabelecido um órgão permanente ou “Comissão de Compensação” para comparação de informações e acção. O engajamento positivo entre a União Africana e a sociedade civil fornece uma base útil para futura colaboração. Existem documentos jurídicos sobre as compensações e assuntos inerentes no sistema das Nações Unidas e podem ser utilizados para uma acção eficaz nesta matéria. Recomenda-se uma relação de trabalho mais estreita entre organizações tais como a CARICOM e a UA. Para facilitar as interacções, há toda uma necessidade de facilitar o acesso aos vistos para os membros da diáspora, talvez através de “vistos de cidadãos honorários” para um período de cinco anos.

59. Foi proposto que a UA estabeleça um dia ou semana anual sobre a escravatura. A verificação de mais dados sobre o papel dos africanos na escravatura foi colocada. No entanto, esse assunto não deve desviar a atenção do assunto fulcral que é a compensação pela escravatura. Apesar de um pequeno número de africanos poderem ter beneficiado, o contexto em que participaram foi diferente do dos europeus, que tiveram benefícios em larga escala pela acumulação de capital.

60. Os participantes recomendaram que a UA devia coordenar a informação da diáspora para a transmitir aos intelectuais e incentivar mais investigação. Essa informação também podia ser utilizada para fazer pressão através de africanos funcionários do estado em países ocidentais. A UA devia ser o centro de coordenação duma estratégia colectiva e é necessário aproveitar experiências positivas tais como os compromissos mais recentes com a França relativamente ao pedido de desculpas e à criação do monumento comemorativo.

61. Apesar de ser muito importante manter a atenção na escravatura do passado, não podemos ignorar as muitas formas de escravatura contemporânea que devem ser tratadas, na qual são sobretudo as mulheres e as crianças as vítimas mais numerosas. A recomendação desta reunião deve assegurar que as formas actuais de escravatura sejam confrontadas e tratadas em particular nos países em que as leis existentes tendem a promover estas formas de escravatura.

62. Não devemos subestimar a importância da educação e dos média. Ambos podem ser empregues para chamar a atenção para as questões relativas à escravatura e ao racismo e também podem servir de base para educar as pessoas sobre a história e a realidade actual. Para ajudar no processo, a UA devia considerar a criação dum website sobre a escravatura e outras actividades conexas nos média. A educação também fornecerá a base para se construir um consenso mais amplo e assegurar que as compensações se concretizam e servirão para reformar a economia mundial.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Apresentação do Projecto de Relatório pelo Relator

63. O projecto de relatório foi apresentado pelo relator à plenária. O relatório foi adoptado como emendado pela plenária.

Declaração pelas ONGs

64. Foi lida uma declaração (em anexo como Apêndice 3) que foi preparada pelos representantes de algumas organizações não governamentais presentes na reunião.

Apresentação do Presente da Gambia

65. A Sociedade Civil Africana e grupos da Diáspora receberam como presente uma kora (instrumento musical tradicional oeste-africano) oferecido pelas autoridades gambianas. O simbolismo do gesto foi profundamente apreciado e o Governo da Gambia prometeu dar à kora um lugar de destaque no museu nacional em memória deste evento histórico.

Discurso de Encerramento pelo Representante dos Estados Membros S.E. o Embaixador do Malawi na União Africana, Dr. James Kalilongwe

66. O Dr. Kalilongwe agradeceu às autoridades gambianas pela sua hospitalidade e solicitou ao presidente da reunião que transmitisse os seus agradecimentos ao Presidente da Gâmbia. Ele observou que a reunião foi um sucesso uma vez que os seus objectivos foram alcançados. Exprimiu os seus agradecimentos às pessoas recurso pela qualidade dos documentos apresentados, ao pessoal da UA pela organização e logística da reunião, aos intérpretes e tradutores e a todos os que ajudaram a garantir o sucesso da reunião.

Discurso de Encerramento pela Representante da Comissão da União Africana, Sra. Julia Joiner, Comissária dos Assuntos Políticos, Comissão da União Africana (CUA)

67. A Comissária Joiner elogiou a qualidade e a riqueza dos debates na reunião e exprimiu a sua convicção de que as deliberações e recomendações desta reunião irão melhorar os preparativos para a Conferência de Avaliação de Durban em 2009. Comentou que a reunião tinha identificado vários mecanismos que as pessoas e as organizações podem utilizar e exortou os participantes a trabalharem activamente para acabar com o racismo e a discriminação. Concluiu exprimindo a gratidão da Comissão da UA ao Governo da Gâmbia por acolher a reunião e agradecendo aos delegados pela sua presença.

Discurso de Encerramento pelo Representante do Governo da Gâmbia, Dr. Saidou Jallow, em nome de Sua Excelência Crispin Grey-Johnson, Secretário de Estado do Ensino Superior, Ciência e Investigação

68. O Dr. Jallow leu a alocução preparada por Sua Excelência Grey-Johnson na qual observou que a reunião tinha realçado pontos chave do tráfico e lançado as bases para uma nova posição da UA orientada para a acção relativamente à escravatura. O Governo da Gâmbia ficou particularmente satisfeito pelo facto de a reunião ter afirmado que as compensações pela escravatura são justificáveis apesar do lapso de tempo. Terminou agradecendo à União Africana e a todos os que contribuíram para o sucesso da reunião e declarou encerrada a reunião.

RECOMENDAÇÕES

1. Formação duma Comissão Internacional para as Compensações, incluindo a Restituição, a Reabilitação e Reconciliação; coordenada pela UA. A Comissão deverá juntar os recursos da UA, dos Estados membros, da sociedade civil, da Diáspora africana e de outros indivíduos e organizações interessados. Esta Comissão teria, entre outras, as seguintes funções:
 - a. Estabelecer a cooperação entre as várias iniciativas em curso sobre compensações e restituições;
 - b. Formular posições consensuais colectivas para elucidação em fóruns como a Conferência de Avaliação de Durban e a Cimeira da Diáspora;
 - c. Ajudar no estabelecimento de estruturas de lobby a nível nacional, regional e internacional e facilitar a coordenação entre as mesmas.
 - d. Designar um Painel de Personalidades Eminentíssimas para fazer lobby para as compensações.
2. Estabelecer um comité de peritos para:
 - a. verificar e coordenar investigações sobre todas as formas de escravatura moderna;
 - b. Executar intervenções coordenadas, incluindo propostas para a abolição das leis que promovem ou apoiam de forma tácita essas várias formas de escravatura e promovem leis ou outras medidas visando pôr termo a estas formas de escravatura;
 - c. Fornecer recomendações e planos de acção concretos aos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, sobre a abolição total de todas as formas modernas de escravatura.
3. Estabelecimento pela UA de uma **Semana Anual Mundial (1 - 7 de Agosto) focalizando na escravatura; alargando o actual dia comemorativo de 1 de Agosto: Dia da Emancipação.**
4. Conjuntamente com a UNESCO e outras organizações interessadas:
 - a. Desenvolver um programa educativo interdisciplinar sobre a escravatura e a discriminação a nível do ensino básico, secundário e superior para ser utilizado em instituições de ensino por todo o continente e na diáspora;
 - b. Desenvolver um *toolkit* com materiais didácticos para complementar este curriculum;
 - c. Instituir um concurso anual através do qual os melhores alunos de cada região (incluindo a diáspora) concorrem a prémios substanciais (por ex:

bolsas de estudo financiadas por países e companhias que lucraram com a escravidão) apresentando um ensaio; e

- d. Facilitar visitas de intercâmbio cultural, de investigação e de estudantes para partilha de experiências e aprendizagem.
5. Criar mecanismos de sensibilização e monitorização dos média que utilizem a imprensa escrita, falada e electrónica e tecnologias afins para dar a conhecer a causa das restituições e compensações e sensibilizar sobre o racismo, a xenofobia e a intolerância;
6. Promover a liberdade de movimentos no seio da UA e para cidadãos da diáspora facilitando a concessão de vistos, criando, por exemplo, “vistos para cidadãos honorários” para os membros da diáspora.
7. Assegurar que a história e o legado da escravidão, do tráfico transatlântico de escravos e do racismo e intolerância são devidamente preservados de formas africanas distintas, incluindo as tradições africanas da história oral, artes visuais sócio-culturais e de representação que prevalecem em vários pontos do continente. A preservação também deve ser feita em línguas locais, quando necessário, para que esteja ao alcance de todos os cidadãos.
8. A reunião de peritos recomenda que a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo adopte uma declaração sobre a questão das compensações para o tráfico transatlântico de escravos e garanta que são apresentadas desculpas pelas partes responsáveis.
9. Apela à participação de toda a África na próxima reunião preparatória regional para a Conferência de Avaliação de Durban que terá lugar em Abuja.

EX.CL/461 (XIV)
Anexo II

**DECLARAÇÃO DE BANJUL DA REUNIÃO DE GRUPO DE PERITOS
SOBRE A ESCRAVATURA E ACOMPANHAMENTO DA
CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO
10 - 13 de Junho de 2008
Banjul, Gâmbia**

**DECLARAÇÃO DE BANJUL DA REUNIÃO DO GRUPO DE PERITOS SOBRE A
ESCRAVATURA E ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA
MUNDIAL CONTRA O RACISMO**

10 - 13 de Junho de 2008, Banjul, Gâmbia

Nós, os participantes da Reunião de Grupo de Peritos sobre a Escravatura e Seguimento da Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Banjul de 10-13 de Junho de 2008, expressando profundo agradecimento ao governo da Gâmbia por ter acolhido a reunião:

Evocando a 10ª Cimeira da União Africana, Decisão (EX.CL/Dec. 408 (XII)) sobre a “Comemoração da Abolição da Escravatura”, a qual entre outras, solicita à Comissão que convoque uma Reunião de Grupo de Peritos sobre a Escravatura e Acompanhamento da Conferência Mundial sobre o Racismo e submeta um Relatório na próxima sessão ordinária do Conselho em Julho de 2008;

Afirmando a Resolução das Nações Unidas A/RES/62/122 sobre o “Monumento Comemorativo e Memória das Vítimas da Escravatura e Tráfico Transatlântico de Escravos”;

Reafirmando e Saudando a Declaração de Durban e o Programa de Acção durante a Conferência Mundial sobre Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, realizada em Durban em 2001, que constituem os elementos universais mais elaborados e relevantes para combater o racismo, discriminação racial e a intolerância;

Reconhecendo todas as decisões e resoluções pertinentes adoptadas pela comunidade internacional para combater todas as formas de racismo, em particular, a Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 52/111 de 12 de Dezembro de 1997 apelando à Conferência Mundial sobre Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância e as Resoluções 56/266 de Março de 2002, 57/195 de 18 de Dezembro de 2002, 58/160 de 22 de Dezembro de 2003, 59/177 de 20 de Dezembro de 2004 e 60/144 de 16 de Dezembro de 2005, nas quais a Assembleia Geral das Nações Unidas indicava o caminho a seguir para garantir a implementação na íntegra e o acompanhamento efectivo da Conferência Mundial sobre Racismo;

Saudando a Resolução 61/149 da Assembleia Geral das NU de 19 de Dezembro de 2006 que apelou à convocação, sob os seus auspícios, duma conferência de avaliação da implementação da Declaração e do Programa de Acção de Durban;

Tomando Nota das decisões do Comité Preparatório da Conferência de Avaliação de Durban durante a sua sessão organizativa realizada em Agosto de 2007, em particular da decisão PC. 1/13 relativa aos objectivos da Conferência de Avaliação de Durban e a sua primeira sessão ordinária realizada em Abril de 2008, que abordou em particular o projecto de resultado da Conferência de Avaliação;

Exprimindo uma profunda preocupação com a existência de formas contemporâneas de escravatura, duzentos anos após a abolição oficial da escravatura e de tráfico de escravos, bem como o aumento na violência racista e a propagação de ideias xenófobas em muitas partes do mundo, em particular em plataformas políticas e na opinião pública;

Tomando conhecimento das várias iniciativas de Estados membros, organizações inter-governamentais, organizações da sociedade civil, diáspora e outras partes interessadas em acabar com a escravatura e o racismo:

1. **Saudamos** a decisão da Conferência da União Africana EX.CL/Dec.408(XII) sobre a “Comemoração da Abolição da Escravatura”;
2. **Saudamos ainda** a organização da 1ª comemoração mundial anual do Dia Internacional em Memória das Vítimas do Tráfico de Escravos na sede das NU, a 25 de Março de 2008, em Nova Iorque pela Nações Unidas, União Africana e Comunidade das Caraíbas;
3. **Agradecemos** a organização e o resultado do seminário sobre a preparação da Conferência de Avaliação de Durban, organizado a 05 de Abril de 2008 para os embaixadores africanos em Genebra, pela Delegação Permanente da UA em Genebra em colaboração com os seus parceiros, em particular o Alto Comissariado para os Direitos Humanos;
4. **Felicidades** o governo da Nigéria pela sua iniciativa de acolher a Conferência Preparatória Regional para a região africana;
5. **Apelamos** aos Estados membros e à Comunidade Internacional que se empenhem plenamente no processo de avaliação de Durban, incluindo mas não se limitando a expressar vontade política e envolvimento, mas sim uma cooperação internacional mais elaborada e significativa e disponibilizando financiamento suficiente a nível nacional, regional e internacional de modo a assegurar o êxito da conferência de avaliação e aumentar a eficácia da luta contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância;
6. **Exortamos** a Comissão da União Africana a utilizar o relatório e as recomendações desta reunião para preparar contribuições tendo em vista uma participação africana efectiva nas comemorações do Bicentenário, na Sessão Especial das NU sobre a Escravatura e Racismo e na Cimeira da Diáspora Africana a realizar-se na África do Sul, em Outubro de 2008;
7. **Apelamos** ao Alto Comissariado para os Direitos Humanos, à UNESCO e a outras organizações nacionais, regionais e internacionais que façam parcerias com a UA na implementação das recomendações emanadas desta reunião.

2009

Relatório da Comissão Sobre A Implementação Da Decisão Ex.CI/Dec. 408 (Xii) Sobre a Comemoração da Abolição da Escravatura

União Africana

União Africana

<http://archives.au.int/handle/123456789/3869>

Downloaded from African Union Common Repository